- (CA), imposto municipal de SISA e imposto sobre sucessões e doações (ISSD) e, neste âmbito, praticar todos os actos com os mesmos relacionados, exceptuando os referentes a garantias;
- 2) Promover as avaliações, nos termos dos artigos 37.º e 76.º do Código do IMI (CIMI), efectuadas nos termos da lei do inquilinato e artigo 36.º do Regime de Arrendamento Urbano (RAU) ou outras no âmbito da tributação do património;
 - 3) Coordenar o serviço relacionado com as avaliações de prédio urbanos, incluindo as segundas avaliações e pedidos de discriminação de valores patrimoniais e verificação de áreas de prédios urbanos, à excepção dos actos relativos à posse, nomeação e ou substituição de louvados ou peritos e assinatura dos mapas resumo e folhas de despesa;
 - 4) Apreciar e decidir das reclamações administrativas apresentadas nos termos do artigo 32.º do Código da CA e do artigo 130.º do CIMI, bem como promover os procedimentos e actos necessários para os referidos efeitos;
 - 5) Apreciar e decidir os pedidos de isenção, no âmbito da tributação do património (IMI e IMT), bem como promover a confirmação ou fiscalização das isenções concedidas;
 - 6) Promover a instauração e o controlo dos processos administrativos e liquidação dos impostos integrados na secção, quando a competência pertencer ao serviço local de finanças, com base nas declarações dos sujeitos passivos ou oficiosamente e praticar todos os actos a eles respeitantes;
 - 7) Promover o cumprimento de todas as solicitações respeitantes ao património do Estado e bens prescritos e abandonados, com excepção das funções que, por força de credencial, sejam da exclusiva competência do chefe do Serviço de Finanças;
 - 8) Controlar o economato e promover o correspondente expediente com base no reporte recebido dos restantes chefes de secção e do Serviço de Finanças;
 - 9) Promover o reporte da produção do serviço de finanças através da execução dos mapas PA10 e PA11 ou outros;

Na técnica de administração tributária do nível 1 Maria Gertrudes Alves Rosa Cunha Gonçalves, para:

- 1) Coordenar e promover todo o serviço respeitante ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e praticar todos os actos necessários à sua execução e ainda desencadear a fiscalização dos mesmos quando tal seja pertinente no âmbito da análise de listagens e controlo de faltosos;
- 2) Coordenar e promover todo o serviço respeitante ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e praticar todos os actos necessários à sua execução e ainda desencadear a fiscalização do mesmo quando tal seja pertinente;
- 3) Coordenar e promover os procedimentos relacionados com o cadastro único, exceptuando a declaração de cessação oficiosa e o procedimento relacionados com o número de identificação fiscal (NIF);
- 4) Apreciar, decidir e certificar as renúncias à isenção de IVA a que se refere o n.º 6 do artigo 12.º do CIVA;
- 5) Promover a instauração e controlo dos processos administrativos de liquidação dos impostos integrados na secção, com base em declarações dos contribuintes ou oficiosamente, quando a competência seja do serviço local de finanças, bem como praticar todos os actos a eles respeitantes;
- 6) Assinar os termos de abertura e de encerramento de livros contabilísticos em conformidade com o n.º 2 do artigo 115.º do CIRC;

No técnico de administração tributária do nível 1 Ramon Vaz de Meneses, para:

- 1) Coordenar e promover todo o serviço relacionado com os processos de execução fiscal e pugnar pela rápida conclusão dos mesmos;
- 2) Promover o registo e autuação dos processos de execução fiscal, proferir despachos no âmbito da sua tramitação e evolução e praticar todos os actos ou termos que, por lei, sejam da competência do chefe do serviço local de finanças, incluindo a extinção por pagamento ou anulação, com excepção de:

Ordenar o levantamento de penhora e declarar extinta a execução, em caso de bens penhorados sujeitos a registo;
 Declarar em falhas os processos de valor superior a € 25 000;
 Declarar prescritos os processos de valor superior a € 25 000;
 Decidir da marcação e da venda de bens;
 Decidir no âmbito do pagamento em prestações;

Decidir no âmbito das garantias; e
 Decidir da suspensão do processo executivo;

- 3) Promover a autuação dos incidentes no âmbito do processo de execução fiscal e praticar todos os actos a eles respeitantes ou com eles relacionados;
- 4) Promover o registo, a autuação e a informação das oposições e correspondente remessa aos competentes tribunais;
- 5) Promover a informação dos recursos contenciosos e judiciais;
- 6) Coordenar e promover o serviço externo relacionado com a justiça;
- 7) Promover o registo de bens penhorados;
- 8) Mandar expedir cartas precatórias;
- 9) Promover a passagem de certidões e conseqüente remessa aos tribunais competentes, no âmbito da reclamação de créditos, da falência ou penhora de remanescentes (cf. artigo 81.º do CPPT);
- 10) Coordenar e decidir da restituição e ou compensação dos impostos e taxas não informatizados e promover a sua recolha informática;

No técnico de administração tributária do nível 1 Humberto Serra e Silva, para:

- 1) Gerir e promover todos os actos no âmbito do imposto municipal sobre veículos (IMV) e do imposto de circulação e camionagem (ICC), designadamente, entre outros, promover a passagem de certidões, instruir pedidos para revenda de dísticos, apreciar e decidir os pedidos de concessão de dísticos especiais de isenção e dos relacionados com extravio, furto ou inutilização de dísticos;
- 2) Promover a notificação e procedimentos subsequentes, relativamente às guias de receita do Estado ou de reposição cuja liquidação não seja da competência da DGCI;
- 3) Coordenar e promover os procedimentos relacionados com o cadastro único no âmbito do número de identificação fiscal (NIF).

IV — Produção de efeitos — o presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

7 de Abril de 2006. — O Chefe do Serviço de Finanças de Lisboa 2, *Manuel Carlos Pires*.

Aviso (extracto) n.º 6279/2006 (2.ª série). — Por despachos do director de serviços de recursos humanos da Direcção Regional de Educação do Norte e da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral, de 9 de Junho e de 6 de Abril de 2006, respectivamente:

Artur do Nascimento Sousa Branco, assistente administrativo do quadro de pessoal de vinculação do distrito de Bragança, afecto à Escola Secundária Abade Baçal — transferido para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afecto à Direcção de Finanças de Bragança, com efeitos a 1 de Junho de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

15 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 6280/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Abril de 2006 da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral:

Vasco Alexandre Vaz Henriques da Silva, inspector tributário do nível 2 do quadro da Direcção-Geral dos Impostos, colocado na Direcção de Finanças de Leiria — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos em 1 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

15 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 6281/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Impostos de 20 de Abril de 2006:

Vasco José Silveira Rechestre, técnico de administração tributária-adjunto, nível 2 — nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 14, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

16 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 853/2006. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2006, a p. 6914, o aviso (extracto) n.º 5676/2006 (2.ª série), rectifica-se que onde se